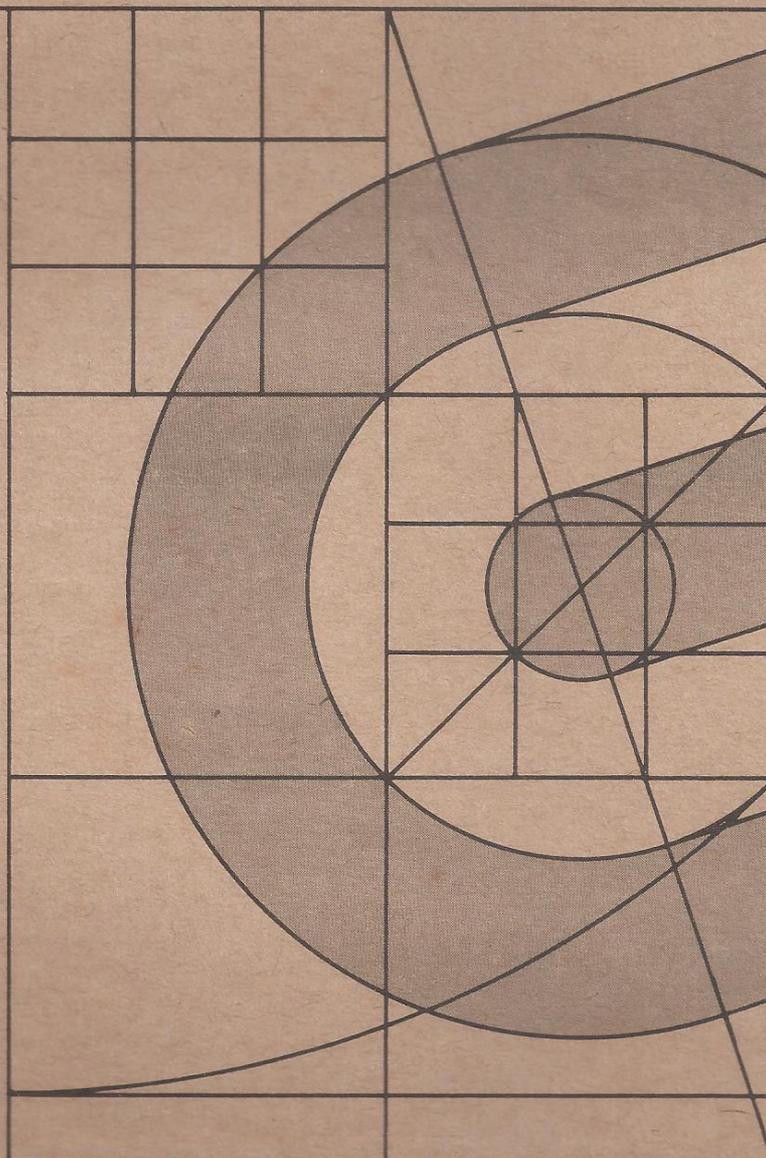


**Caderno Pedagógico
1979**

4

**Subsídios para o
Planejamento Escolar**



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Laboratório de Currículos**

1979

Subsídios para o Planejamento Escolar

Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado de Educação
e Cultura. Laboratório de Currículos.

Subsídios para o planejamento escolar. Rio de Janeiro,
1979.

38 p. (Caderno Pedagógico, 4)

1 — Planejamento escolar — Subsídios. I — Título
(Série).

CDU 371

**Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Laboratório de Currículos**

Caderno Pedagógico n.º 4

**Subsídios para o
Planejamento Escolar**

**Rio de Janeiro
1979**

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANTÔNIO DE PÁDUA CHAGAS FREITAS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ARNALDO NISKIER

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDÍLIA COELHO GARCIA

CHEFE DE GABINETE

CYLENE CASTELLÕES GALLART

DIRETORA DO LABORATÓRIO DE CURRÍCULOS

FÁTIMA CUNHA FERREIRA PINTO

Na realização deste trabalho participaram os seguintes técnicos:

Do Laboratório de Currículos

Anna Augusta Drumond
Anna Maria Bezerra de Menezes Costa
Aracy do Rego Antunes
Célia Machado de Carvalho
Dlanche Meirelles Codeço
Heloísa Policarpo de Oliveira Costa
Lia Rodrigues Gonçalves
Maria Antonia Castro e Cruz
Maria Dalva Barbosa do Monte de Oliveira
Maria Machado Portes
May Hampshire Campos da Paz Malta
Nilza Waldeck de Carvalho
Suely Moreira Queiros
Theresa Gomes Veiga da Silva
Zângara Sasse de Mesquita

Da Coordenação de Supervisão Educacional

Ronaldo da Silva Legey — Coordenador Setorial de Supervisão Educacional
Nicette Braga de Moraes
Ruth da Cunha Pereira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1	— INTRODUÇÃO	11
2	— ORIENTAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR	13
2.1	— Diretrizes Gerais	13
2.2	— Diagnóstico Sócio-econômico-educacional	14
2.3	— Fundamentos Teóricos da Avaliação	14
3	— SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESCOLAR	15
3.1	— Identificação	15
3.2	— Organograma	15
3.3	— Caracterização da escola	16
3.4	— Objetivos da escola	16
3.5	— Metas	16
3.6	— Projetos	17
3.7	— Calendário escolar	17
3.8	— Organização das turmas	18
3.9	— Organização curricular	18
3.9.1	— Objetivos por série	18
3.9.2	— Grades curriculares	21
3.10	— Avaliação	21
	ANEXOS	23
	BIBLIOGRAFIA	37

APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Currículos, juntamente com o Departamento de Educação da SEEC/RJ — Coordenação de Supervisão Educacional — através deste caderno pedagógico, se propõe a fornecer subsídios que possibilitem às unidades escolares sanar algumas dificuldades relativas à elaboração do planejamento escolar, detectadas através da avaliação realizada ao término do ano de 1978 por este órgão.

Verificou-se que algumas escolas deixaram de considerar no seu planejamento escolar aspectos importantes no diagnóstico, razão pela qual procurou-se enfocar o assunto de maneira mais detalhada.

Com o intuito de facilitar o trabalho da escola, foi apresentado um roteiro para elaboração do plano escolar, cuja seqüência poderá ser modificada, a critério de cada escola.

Foram incluídas algumas considerações sobre a ação de avaliar, uma vez que planejamento e avaliação ocorrem de forma concomitante no planejamento escolar. A presente abordagem não se propõe a ser um estudo aprofundado sobre avaliação, estando previsto um tratamento mais pormenorizado sobre o assunto dentro da série Cadernos Pedagógicos. O que se pretende, neste primeiro momento, através das considerações apresentadas, é estimular análises e discussões a nível das unidades escolares. Caberá a cada unidade escolar adequar essas sugestões à sua realidade.

Para que se possa verificar a validade dos subsídios oferecidos neste caderno, torna-se imprescindível que críticas e sugestões sejam enviadas, a fim de que o atendimento prestado possa ser cada vez mais adequado às necessidades detectadas.

Fátima Cumbé Leuz, Pultr

1 — Introdução

O avanço científico e tecnológico, as constantes modificações por que passam as sociedades fizeram com que a escola se transformasse numa instituição aberta, integrada na comunidade e cada vez mais dinâmica, de forma a permitir ao educando acompanhar e participar da maior parte dessas transformações. Conseqüentemente, cabe à escola racionalizar as suas atividades, planejando as situações de aprendizagem como um todo, a fim de que possa alcançar os seus objetivos educacionais.

Torna-se, portanto, indispensável a elaboração do Plano Escolar, documento em que sejam expressas as decisões que orientarão a ação da escola naquele ano letivo de forma ininterrupta e integrada, articulando todos os setores entre si e estabelecendo uma hierarquia de funções e responsabilidades.

O Plano Escolar, ao caracterizar cada estabelecimento de ensino, deve ser elaborado por sua própria equipe, em função de uma realidade, isto é, em função de um diagnóstico sobre a comunidade (recursos naturais, sócio-econômicos e culturais), sobre a clientela a ser atendida (faixa etária, origem sócio-econômica e cultural, interesses etc.), e sobre a própria escola (recursos humanos, materiais e os resultados alcançados no ano anterior).

É necessário que não se percam de vista, entretanto, os fins da Educação Nacional (Lei n.º 4.024/61), os objetivos expressos na Lei n.º 5.692/71, o Plano de Ação de Educação e Cultura — PAEC 80/83, as metas prioritárias, e as diretrizes legais e técnicas emanadas da SEEC/RJ, o regimento escolar onde se encontram definidos os objetivos e a filosofia da escola, as necessidades relativas ao atendimento do aluno e a inter-relação dessas necessidades com as condições da escola. Somente assim, o planejamento escolar poderá se constituir em um processo que possibilitará aos professores encontrar as linhas mestras que nortearão seu trabalho, transformando a escola em um todo harmonioso onde a participação de cada componente influenciará o desempenho do outro.

O plano da escola, portanto, deverá garantir a ação integrada de todos os elementos que atuam na escola, quando de sua execução, permitindo que, através de um acompanhamento e avaliação constantes, os desvios sejam detectados, possibilitando reformulações e contribuindo para a maximização do desempenho da escola, que será eficaz na medida em que contribua realmente para a efetivação de uma política educacional, determinada pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

2 — Orientação para o Planejamento Escolar

2.1 — Diretrizes Gerais

O planejamento só tem sentido se estiver inteiramente integrado à realidade sobre a qual se planeja. Não se deve utilizar modelos de planejamento calcados em outros contextos para uma tomada de decisão e para uma seleção dos caminhos a serem seguidos. É preciso, portanto, um conhecimento de cada realidade particular para se traçar as diretrizes que nortearão todo o planejamento escolar.

O diagnóstico sócio-econômico-educacional é um instrumento imprescindível para o conhecimento da comunidade onde a escola está inserida. Assim, toda a ação no processo de planejamento incidirá sobre como está se comportando a realidade atual em referência à situação ideal.

O planejamento da escola é um processo participativo, exigindo, em todas as suas etapas, a presença dos elementos que atuam na instituição escolar. Portanto, não basta que apenas um grupo colabore nesse planejamento. É fundamental que todos sejam envolvidos no processo: a direção, os serviços de orientação pedagógica e educacional, o corpo docente e elementos do setor administrativo.

Através de reuniões realizadas no decorrer do ano letivo, elementos do SOE e do SOP deverão colher informações relativas às necessidades e aspirações do corpo discente e da comunidade. Essas informações serão imprescindíveis no momento em que a escola se encontra em fase de planejamento, isto é, no momento em que se reflete sobre as decisões a serem tomadas e que se consubstanciarão posteriormente no plano escolar.

A elaboração do planejamento escolar deverá basear-se em fundamentos de ordem filosófica, psicológica, sociológica, cultural, econômica e legal, os quais passaremos a considerar.

A base filosófica da educação se concretiza através da política educacional adotada, que se transforma em aspectos legais de ação. Assim, no plano filosófico, de acordo com o que preconiza o artigo 176 da Constituição, onde são acentuados os princípios de responsabilidade solidária e de liberdade de iniciativa, compete à escola proporcionar aos educandos experiências para o exercício da vida democrática, através de currículos flexíveis que atendam às diferenças individuais e que oportunizem o contato direto com o mundo do trabalho, a fim de despertar os aspectos vocacionais inerentes a cada um.

No plano sociológico, o planejamento escolar deve atentar para o contexto sócio-cultural em que a escola se situa, identificando a comunidade, suas necessidades e expectativas, o que possibilitará a interação da escola com a comunidade. Daí a importância da adequação dos currículos às diferentes realidades regionais e locais.

No plano psicológico, o desenvolvimento mental do educando deve ser considerado na organização curricular. A Resolução n.º 8/71 anexa ao Parecer 853 do C.F.E. focaliza esse aspecto quando determina que as matérias sejam apresentadas sob forma de atividades, obrigatórias no 1.º segmento do 1.º grau, onde a aprendizagem se faz através de experiências vividas pelo próprio aluno; sob a forma de áreas de estudo, nas últimas séries do 1.º grau, onde predomina o equilíbrio entre as situações de experiência e os conhecimentos sistematizados; sob a forma de disciplina no 2.º grau, alcançando a sistematização do conhecimento. Tal proposição é perfeitamente coerente com os estágios de desenvolvimento mental do educando, segundo Piaget.

No plano econômico, a escola deverá levar em consideração as atividades econômicas predominantes na comunidade, desenvolvendo determinados aspectos do currículo, em consonância com as empresas, ou outras organizações da comunidade, aproveitando sempre que possível as disponibilidades locais.

Finalmente, a escola tem que estar atenta aos aspectos legais que dizem respeito à organização do currículo.

2.2 — Diagnóstico Sócio-Econômico-Educacional

O conhecimento da realidade se faz através da elaboração de um diagnóstico que tem por fim determinar a escolha das prioridades que deverão nortear todo o trabalho a ser desenvolvido pela unidade escolar.

Sendo o diagnóstico um instrumento que reflete a realidade da escola e de uma sociedade que está em constante mutação, faz-se necessária a atualização anual dos dados para que se torne realmente um instrumento indicador das atividades que deverão ser desenvolvidas durante o ano.

O diagnóstico se inicia pelo levantamento das informações e dados disponíveis sobre a realidade sócio-econômico-educacional da comunidade escolar. Entretanto, a coleta desse material nada significará sem uma análise imediata que irá determinar as necessidades básicas do sistema e orientar toda a ação educativa da escola.

É preciso, portanto, não confundir o diagnóstico com um simples levantamento de dados e o respectivo processo estatístico que se utiliza para realizá-lo. O diagnóstico pressupõe a existência de ambos, mas é antes de tudo um processo de reflexão e análise da realidade escolar.

Nunca é demais se enfatizar a importância do diagnóstico, uma vez que nem sempre o mesmo tem sido considerado como um instrumento destinado a fornecer indicadores básicos para o planejamento escolar. É a partir da análise e interpretação dos dados levantados que se pode conhecer as necessidades da comunidade e a situação existente.

Assim como, a partir do diagnóstico do Estado, a SEEC elabora seu plano de Educação, definindo metas e estratégias de ação que atendam às necessidades do Estado — macroplanejamento — a escola, a partir do diagnóstico de sua realidade, elabora seu plano escolar, definindo metas e estratégias que atendam às necessidades de sua comunidade — microplanejamento — e que deverão estar em consonância com as metas traçadas a nível de Estado.

2.3 — Fundamentos Teóricos da Avaliação

A avaliação deve ser encarada como processo contínuo e sistemático, presente em todas as etapas do trabalho escolar e indispensável à modificação e/ou aperfeiçoamento da instituição.

Avaliação envolve julgamento e, conseqüentemente, valores, sejam eles do indivíduo ou da instituição. Neste sentido, é importante que os responsáveis pelo trabalho desenvolvido na escola estejam conscientes de sua filosofia de educação, filosofia esta que norteará o *que, porque, para que, quando, como e a quem* avaliar.

Cabe assim à escola, através da avaliação, adotar uma posição crítica em relação ao seu próprio planejamento, face às exigências do momento, a sua realidade, ao seu contexto organizacional e social. Diríamos mesmo que uma das funções básicas da avaliação é exatamente a de validar hipóteses do planejamento cuja eficácia precisa ser testada. Isto se refere tanto a práticas educacionais já estabelecidas quanto a inovações.

Por se constituir num processo que envolve valores, a avaliação representa fator imprescindível à tomada de decisões e à renovação educacional. Para constituir um processo de julgamento que auxilie efetivamente a tomada de decisões, a avaliação deve basear-se na comparação dos resultados obtidos com critérios pré-estabelecidos e julgados aceitáveis.

A avaliação deve ser abrangente e coerente com os objetivos da escola. Isto significa que a avaliação deve basear-se na percepção daquilo que é significativo para a escola e que reflete aspirações da sociedade e da cultura quanto ao tipo de indivíduo que se deseja formar.

De um programa de avaliação escolar devem constar certos elementos: objetivos claros e definidos, instrumentos e critérios adotados, informações sobre o contexto organizacional e social, dados encontrados em avaliações anteriores. Contudo, o desenvolvimento de tal programa deve envolver mais do que a mera utilização de uma bateria de instrumentos, a coleta de dados ou sua análise estatística. "Sabedoria e experiência em estabelecer e usar critérios, detectar a abrangência limitada das informações a serem obtidas e as conseqüências potenciais que tais limitações acarretam, bem como formar e comunicar juízos são habilidades mais importantes em avaliação, que as habilidades de colher dados e analisá-los estatisticamente". (MEC/DEM Modelo de Avaliação de Currículo — 1976, pg. 11).

3 — Sugestão de roteiro para o Plano Escolar

3.1 — Identificação

Estabelecimento

Endereço

CRECT

NCECT

Aspecto Legal

- ato e data da criação
- ato e aprovação do Regimento Escolar
- cursos autorizados (atos)

- Educação Pré-Escolar

- 1.º Grau
 - 1.ª à 4.ª série
 - 5.ª à 8.ª série
 - 1.ª à 8.ª série

- 1.º Grau Supletivo

- 1.ª à 4.ª fase
- 5.ª à 8.ª fase
- 1.ª à 8.ª fase

- 2.º Grau Regular

Especificar:

- a) as habilitações oferecidas;
- b) os convênios firmados (citando o tipo de convênio, os estabelecimentos e/ou as instituições).

Estatuto da Associação de Assistência ao Educando (aprovado conforme Resolução n.º 85/77).

- data e número de registro no Cartório de Pessoas Jurídicas.

3.2 — Organograma

Deve retratar claramente a estrutura organizacional da escola, mostrando o relacionamento existente entre os diversos setores ou serviços que a compõem.

Ao elaborar seu organograma a escola deve observar:

- os diferentes níveis hierárquicos: da direção e seus colaboradores imediatos, o dos serviços, o dos docentes e o dos alunos;

- a convenção estabelecida: linhas cheias significando subordinação hierárquica e linhas interrompidas significando articulação;

- o diagrama da estrutura básica de uma unidade educacional da rede oficial apresentado no documento "Subsídios para a elaboração de Regimento Escolar" aprovado pelo CEDERJ através do Parecer n.º 206/78, de 06/07/78.

3.3 — Caracterização da Escola

A caracterização da escola deve ter por base, além da síntese do diagnóstico sócio-econômico que deverá refletir a origem da clientela, as principais características da comunidade a que pertence a escola, as atividades econômicas predominantes, os recursos sócio-culturais existentes e os grandes problemas evidenciados no diagnóstico educacional.

3.4 — Objetivos da Escola

Os objetivos gerais e específicos, constantes do Regimento Escolar, deverão nortear os trabalhos a serem desenvolvidos pela escola.

É importante que se reflita sobre a necessidade ou não da reformulação de objetivos, em função das mudanças ocorridas e detectadas através do diagnóstico.

3.5 — Metas

Anualmente a escola deverá identificar os problemas cuja importância e urgência merecem uma concentração de atenção, esforços e recursos. A partir dessa identificação, a unidade escolar deve procurar as causas prováveis e refletir sobre o que fazer (metas prioritárias).

É importante que as metas traduzam ações que se destinem realmente a contribuir para a solução dos problemas que impedem a consecução dos objetivos da escola.

Para que se possa avaliar a efetividade das ações desenvolvidas, as metas devem ser redigidas de forma que permitam perceber resultados quantificáveis ou observáveis.

Tendo em vista as metas propostas, a escola deverá estudar várias alternativas de solução, selecionando aquelas que melhor se adaptem aos recursos materiais e humanos de que dispõe (como fazer). Por exemplo:

A escola X verificou que o índice de produtividade na 3.^a série do 1.^o grau não está satisfazendo aos padrões desejados (menos de 50%). A busca das causas prováveis de tal problema evidenciou a dificuldade, por parte dos alunos, em relação ao domínio do mecanismo da leitura e da escrita — um dos objetivos que a escola se propôs alcançar.

A partir daí, uma das metas consideradas prioritárias foi o aumento do índice de produtividade para 70% de aprovação.

Várias alternativas de solução poderiam ser propostas:

- dedicar maior tempo às atividades de Língua Portuguesa.
- criar situações onde os alunos sejam levados a usar a expressão oral e escrita (redações, coro falado etc.)
- proporcionar aos professores de alfabetização (1.^a e 2.^a séries) treinamento em serviço (horários de coordenação).

Outras alternativas certamente seriam propostas pelos elementos da escola que, vivenciando o problema, teriam maiores possibilidades de fazer proposições mais adequadas.

A seleção das alternativas dependerá dos recursos que a escola dispõe, uma vez que embora se possa considerar como melhor alternativa, por exemplo, um treinamento para os professores, a escola poderá não ter condições de realizá-lo.

O treinamento de professores proposto poderia se constituir em um projeto, o que facilitaria o acompanhamento do trabalho e a melhor utilização de recursos. A consecução das metas poderá, portanto, implicar ou não na elaboração de projetos.

A determinação da pessoa ou setor responsável tornará mais fácil para a direção da escola acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos durante o ano letivo.

A título de sugestão, apresenta-se o quadro abaixo que permitirá à escola ter uma visão geral dos problemas e das alternativas de solução propostas.

Problema	Causas prováveis	o que fazer	como fazer	quem fará

3.6 — Projetos

Todos os projetos que a escola pretende desenvolver devem constar do plano, inclusive aqueles que estão ligados diretamente ao calendário escolar e aos diferentes serviços: de Orientação Pedagógica (tais como Estágio Supervisionado, Educação Moral e Cívica e Biblioteca) e de Orientação Educacional.

Como sugestão, apresenta-se em anexo um modelo de matriz de projeto.

3.7 — Calendário Escolar

O calendário escolar deverá determinar:

— os dias letivos e os feriados;

— os períodos de:

- matrícula, transferência, recuperação, provas finais (se houver) e férias;
- elaboração e avaliação do plano escolar e dos planos de ensino;
- atendimento médico-dentário e outros;
- atualização e aperfeiçoamento do pessoal do estabelecimento;

— as datas previstas para as seguintes atividades:

- Conselhos de Classe;
- registros dos resultados de avaliação;
- comemorações cívicas obrigatórias;
- atividades sociais, religiosas e eventos culturais;
- reuniões dos professores com a equipe de Orientação Pedagógica, de Orientação Educacional e com os Coordenadores;
- reunião dos professores com os pais e/ou responsáveis;
- reunião de elementos envolvidos em outros serviços existentes na escola;
- reuniões do Conselho Comunitário.

A escola deverá observar as orientações referentes ao calendário, incluídas nas "Diretrizes" emanadas do Departamento de Educação.

Tendo em vista o grande número de datas que deverão constar do calendário, a escola poderá registrar em folha à parte as datas não constantes do quadro sugerido pelo Departamento de Educação para que não se torne difícil a visualização das mesmas.

3.8 — Organização das turmas

Neste item devem aparecer, além do efetivo das turmas (n.º de alunos por série e por turma), a definição dos critérios utilizados para organização das mesmas.

3.9 — Organização Curricular

A organização do currículo assume papel de grande importância no planejamento escolar.

Entende-se por currículo o conjunto de experiências oferecidas aos alunos sob a orientação da escola.

O planejamento curricular, como qualquer outro planejamento, requer reflexão e decisão sobre valores e não pode prescindir de uma fundamentação teórica e do conhecimento da realidade, em especial, dos dados referentes à clientela.

É preciso, ainda, que os professores tenham consciência da necessidade de uma constante adequação dos currículos a essa realidade.

"Os professores são os dinamizadores do currículo. São eles que vão levar o processo de operacionalização dos objetivos educacionais, iniciado a nível de sistema, ao seu ponto mais operacional, tornando-os realidade, ao traduzi-los em termos de comportamento que o aluno deve demonstrar". pg. 19 Port. n.º 4833/75 CFE.

Ao estabelecer os objetivos das séries, deve-se ter a preocupação de integrá-los uns aos outros, colocando-se, dessa maneira, as bases para a organização integrada dos conteúdos curriculares.

3.9.1 *Objetivos por série*

Estes objetivos devem refletir exatamente o mínimo que a escola pretende alcançar no final de cada série. Na categoria curricular "atividades", os objetivos por série devem aparecer, sempre que possível, de modo globalizado.

Na categoria curricular "áreas de estudo", os objetivos por série devem ser formulados integrando os componentes curriculares de uma mesma área e/ou de áreas afins.

Na categoria curricular "disciplina", os objetivos por série são específicos para cada disciplina.

Os objetivos de cada série deverão estar consoantes com os objetivos gerais e com as metas que a escola pretende atingir.

É a partir de objetivos claramente definidos que se deve selecionar os meios (conteúdos programáticos) e a maneira (estratégias) para melhor alcançá-los.

PRÉ-ESCOLAR

Componente curricular	Objetivos
Psicomotricidade	
Educação Artística	
Estruturas Lógicas	
Estruturas Infralógicas	
Estruturas Lingüísticas	

1.º GRAU (Regular ou Supletivo)

1.º Segmento (1.ª/4.ª séries)

Série (ou fase)	Objetivos
1.ª	
2.ª	
3.ª	
4.ª	

1.º GRAU (Regular ou Supletivo)

2.º Segmento (5.ª/8.ª séries)

Série (ou fase)	Objetivos			
	Com. e Exp.	Est. Sociais	Ciências	Matemática
5.ª				
6.ª				
7.ª				
8.ª				

2.º GRAU

Habilitação	Objetivos
— — — — — —	

2.º GRAU

Núcleo Comum

Disciplina

Série	Objetivos
1. ^a 2. ^a 3. ^a	

2.º GRAU

FORMAÇÃO ESPECIAL

Disciplina

Instrumental

Profissionalizante

Série	Objetivos
1. ^a	
2. ^a	
3. ^a	

3.9.2 Grades Curriculares

Para a montagem ou reformulação das grades curriculares deverá o estabelecimento consultar:

1.º Grau — “Reformulação de Currículos” — 1.º vol. (Pré-escolar e 1.º Grau)

2.º Grau — “Reformulação de Currículos” — 2.º vol. (2.º Grau)

3.10 — Avaliação

Considerando-se a importância de se tentar validar as hipóteses de trabalho contidas no plano escolar, é necessário que a escola se preocupe, durante a fase de planejamento, com a avaliação tanto do processo quanto dos resultados obtidos. Para tal, deverá montar uma sistemática de avaliação que poderá variar desde procedimentos simples, tais como observações intencionais e reuniões sistemáticas, até a escolha de técnicas e instrumentos mais complexos.

Os resultados da avaliação realizada durante o processo possibilitarão as correções necessárias, em tempo hábil, enquanto que as informações obtidas, através da avaliação realizada ao final do ano letivo, subsidiarão o planejamento dos anos subseqüentes.

ANEXOS

Anexo 1

— Tabelas e quadros do diagnóstico sócio-educacional

A fim de facilitar o trabalho do planejamento escolar, procurou-se adaptar os instrumentos já utilizados pelo SEEC/MEC, uma vez que a escola os preenche anualmente e os envia ao Instituto de Informática da SEEC.

- Obs.: — Os dados obtidos devem ser comparados a partir dos 3 últimos anos a fim de que se possam identificar as tendências comportamentais da unidade escolar.
- No caso do ensino supletivo, as tabelas do diagnóstico deverão ser adequadas a essa modalidade de ensino.
 - Os dados referentes ao diagnóstico sócio-econômico-cultural da comunidade devem ser obtidos nos respectivos NCECTs e CRECTs e através de consulta às fichas de matrícula dos alunos.

QUADRO I

Identificação

Denominação do estabelecimento:	
Logradouro:	Telefone:
Município:	Bairro:
CEP:	Zonas: urbana <input type="checkbox"/> rural <input type="checkbox"/>

QUADRO II

Dados Gerais da Escola _____

19....

Tipo de ensino ministrado	Pessoal em exercício — Formação										
	Pessoal		2.º Grau				Superior				Total
			Magist.		Outra		F.Pedag.		Outra		
			C	I	C	I	C	I	C	I	
Pré-Escolar <input type="checkbox"/>	Docente	Masc.									
1.º Grau regular <input type="checkbox"/>		Fem.									
1.º Grau supletivo <input type="checkbox"/>		Masc.									
2.º Grau <input type="checkbox"/>		Fem.									
Quantos dias p/ semana o estabelecimento funciona	Técnico	Masc.									
Pré-Escolar <input type="checkbox"/>		Fem.									
1.º Grau regular <input type="checkbox"/>		Masc.									
1.º Grau supletivo <input type="checkbox"/>		Fem.									
2.º Grau <input type="checkbox"/>	Adminis- trativo	Masc.									
		Fem.									

C — completo

I — incompleto

QUADRO III

Número de dependências da Escola

N.º de dependências utilizadas	
salas de aula <input type="checkbox"/>	salas ambientes <input type="checkbox"/> (biblioteca, oficinas, lab. etc.)
auditório <input type="checkbox"/>	Quais? _____
quadra de esportes <input type="checkbox"/>	_____
refeitório <input type="checkbox"/>	_____
administrativas <input type="checkbox"/>	_____

Tabela 1

Capacidade de atendimento por grau, período ou série, segundo número de vagas disponível e efetivo

Escola 19

GRAU	Período ou Série	OFERTA (vagas)	DEMANDA	
			Alunos Matriculados	Alunos Não Matriculados
Pré-Escolar	1.º			
	2.º			
	3.º			
1.º Grau regular	1.ª			
	2.ª			
	3.ª			
	4.ª			
	5.ª			
	6.ª			
	7.ª			
	8.ª			
2.º Grau	1.º			
	2.º			
	3.º			
TOTAL				

Fonte:

Obs.: Esta tabela permite uma comparação entre a oferta e a demanda de matrícula por série.

Tabela 2

Composição das turmas por grau, período ou série, segundo turnos

Escola: 19

GRAUS	Períodos e Séries	1.º turno		2.º turno		3.º turno		Total	
		Das ... às...h		Das ... às...h		Das ... às...h			
		N.º de alunos	N.º de turmas						
Pré- Escolar	1.º								
	2.º								
	3.º								
1.º Grau regular	1.ª								
	2.ª								
	3.ª								
	4.ª								
	5.ª								
	6.ª								
	7.ª								
	8.ª								
Total									

Fonte:

Obs.: Através desta tabela, pode-se verificar se há equilíbrio entre o número de alunos e o de turmas, por série ou período.

T a b e l a 3

Composição das turmas, por série, segundo habilitação profissional e turnos

Escola: 19

Série	Nome do Curso ou Habilitação Profissional							
	1.º turno Das ... às...h		2.º turno Das ... às...h		3.º turno Das ... às...h		Total	
	N.º de alunos	N.º de turmas	N.º de alunos	N.º de turmas	N.º de alunos	N.º de turmas	N.º de alunos	N.º de turmas
1.ª								
2.ª								
3.ª								
Total								

Fonte:

Obs.: Através desta tabela, pode-se verificar se há equilíbrio entre o número de alunos e o de turmas, por série e por habilitação.

Tabela 4

Matrícula no início do ano por série e sexo, segundo idade — Ensino de 1.º grau

Escola: 19.....

		I D A D E														
Série	Sexo	- 7	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	+18	Total
1. ^a	Masc.															
	Fem.															
2. ^a	Masc.															
	Fem.															
3. ^a	Masc.															
	Fem.															
4. ^a	Masc.															
	Fem.															
5. ^a	Masc.															
	Fem.															
6. ^a	Masc.															
	Fem.															
7. ^a	Masc.															
	Fem.															
8. ^a	Masc.															
	Fem.															
Total																

Fonte:

Obs.: A tabela mostra a situação de distorção idade/série em um ano.

Tabela 5

Matrícula no início do ano por série e sexo, segundo idade — Ensino de 2.º grau

Escola: 19.....

Séries	Sexo	I D A D E								Total
		- 15	15	16	17	18	19	20	21ou+	
1. ^a	Masc.									
	Fem.									
2. ^a	Masc.									
	Fem.									
3. ^a	Masc.									
	Fem.									
Total										

Fonte:

Obs.: A tabela mostra a situação de distorção idade/série em um ano.

Tabela 6

9) Matrícula por série e sexo, segundo movimento escolar — Ensino de 1.º grau e 2.º graus

Escola: 19.....

Série	Sexo	Matr. no início do ano		Alunos afastados por				Alunos Aprovados		Alunos Repetentes		Matr. Final do ano	
				Transfêrência		por Abandono							
		N	R	N	R	N	R	N	R	N	R		
1ºG	1.a	Masc.											
		Fem.											
	2.a	Masc.											
		Fem.											
	3.a	Masc.											
		Fem.											
	4.a	Masc.											
		Fem.											
	5.a	Masc.											
		Fem.											
	6.a	Masc.											
		Fem.											
	7.a	Masc.											
		Fem.											
	8.a	Masc.											
		Fem.											
2ºG	1.a	Masc.											
		Fem.											
	2.a	Masc.											
		Fem.											
	3.a	Masc.											
		Fem.											
	Total												

Fonte:

N — novos

R — repetentes

Obs.: Na tabela acima constata-se: — evasão dentro da série
 — repetência
 — produtividade

Tabela 7

Aproveitamento escolar por grau e série, segundo número de alunos — Ensino de 1.º e 2.º graus

Escola: 19.....

Grau	Série	N.º de alunos matriculados	Número de alunos						
			Total Geral	Aprovados			Reprovados		
				direta-mente	após re-cuperação	Sub-total	direta-mente	após re-cuperação	Sub-total
1.º	1.ª								
	2.ª								
	3.ª								
	4.ª								
	5.ª								
	6.ª								
	7.ª								
	8.ª								
Total									
2.º	1.ª								
	2.ª								
	3.ª								
Total									
Total Geral									

Fonte:

Obs.: Na tabela acima, constata-se a produtividade por série.

QUADRO IV

Corpo docente, por grau ou modalidade de ensino, segundo habilitação profissional

Escola: 19.....

Nome	Habilitação Profissional	N.º do Registro ou autorização	Atividades, área ou disciplina que leciona	N.º de turmas	Carga Horária com regência	Grau ou modalidade de ensino			
						Pré-Escolar	1.º Grau		2.º grau
							Regular	Supletivo	

Fonte:

Anexo 2
Matriz de Projetos

QUADRO V

Relação do pessoal técnico/pedagógico/educacional, por função, segundo formação profissional

Escola 19

Nome	Função	Formação Profissional	Área de Atuação	Horário	Obs.

Fonte:

QUADRO VI

Relação do pessoal técnico/administrativo por cargo, segundo formação profissional.

Escola 19

Nome	Cargo	Formação Profissional	Função que exerce na escola	Horário	Obs.

Fonte:

MATRIZ DE PROJETO

CRECT/NCECT _____

ESCOLA: _____

PROJETO: _____

COORDENAÇÃO: _____ ANO: _____

I — JUSTIFICATIVA: _____

II — OBJETIVOS: _____

III — ABRANGÊNCIA: _____

IV — RECURSOS A SEREM UTILIZADOS:
* MATERIAIS _____
* HUMANOS _____

V — META :																			
F A S E S	DETALHAMENTO DAS FASES (ATIVIDADES E/OU TAREFAS)	PESSOAL ENVOLVIDO	C R O N O G R A M A																
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez					
1. PREPARAÇÃO																			
2. EXECUÇÃO																			
3. AVALIAÇÃO																			

Bibliografia

- 1 — ARAÚJO E OLIVEIRA, J. C. *Glossário de Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, 1978.
- 2 — BRASIL. Conselho Federal de Educação. Câmara de Ensino de 1.º e 2.º Graus. Parecer 853/71. Rio de Janeiro (Anexo: Resolução n.º 8, de 1.º de Dezembro de 1971).
- 3 — BRASIL. Leis. Lei n.º 4.024/61, de 20 de Dezembro de 1961. Rio de Janeiro . Lei n.º 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Rio de Janeiro .
- 4 — BRASIL. MEC/DEF. *Modelo de Avaliação de Currículo*. Brasília, 1976.
- 5 — -----, MEC/DEM. *Avaliação e Aprimoramento Curricular*. Brasília, 1976.
- 6 — -----, MEC/DEM/COPED. *Modelo de Planejamento Curricular*. Brasília, 1979.
- 7 — LOBO NETO, Francisco T. da Silveira. "A Questão Curricular no Processo de Planejamento da Escola". In: *Revista de Educação AEC*, Rio de Janeiro, Associação de Educação Católica do Brasil, Ano 6, n.º 23.
- 8 — LUCKESI, C. C. "Avaliação Educacional: Pressupostos Conceituais" em *Tecnologias Educacionais*. Rio de Janeiro, ABT, VII (24) pp. 5-8. 1978.
- 9 — TABA, H. *Curriculum Development: Theory and Practice*. New York, Harcourt, Brace and World, 1962.
- 10 — TRALDI, L. L. *Currículo: Metodologia da Avaliação*. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1977.

Composto e impresso na
Imprensa Oficial do Estado
do Rio de Janeiro, à Rua
Marquês de Olinda, 29
Niterói, no ano de 1980

